

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PROUNI NA INCLUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

Marialva Moog Pinto

Maria Isabel da Cunha

Resumo

Compreender como as políticas de inclusão na educação superior, no caso o Prouni, impacta a qualidade da educação superior é o objetivo deste texto. Baseia-se em um estudo de caso, envolvendo uma universidade privada comunitária, sem fins lucrativos, da região sul do Brasil. Problematiza-se a realidade dos alunos do Prouni em relação às suas rotinas universitárias, dinâmicas, dificuldades pedagógicas e questionamentos. Explorou-se o posicionamento dos professores e gestores, como uma possibilidade de buscar uma interlocução sobre o tema da qualidade, referenciada em autores como Morosini (2007) e Oliveira e Catani (2003). Explorou-se a discrepância entre as posições dos respondentes e os dados quantitativos registrados no período em estudo. Os resultados apontaram para a importância do Prouni como política de inclusão, mas condicionando seu sucesso aos cuidados em relação ao acompanhamento e apoio aos estudantes beneficiados, com vistas a uma maior relação custo benefício da política em questão.

Palavras-chave: Qualidade da educação superior; acesso à educação superior; Prouni.

Abstract

College quality and Prouni: limits and possibilities of a inclusion policy

This text aims to understand how the college inclusion policies, in this case Prouni, impacts on the quality of college education.. It is based on a case study of a private university, nonprofit, of the South of Brazil. It discusses the reality of Prouni students related to their college students routines, dynamics, pedagogical difficulties and concerns. The text studies the teachers and managers point of view as a possibility to dialogue with the quality theme. The results show that it is necessary to pay attention to the monitoring and support given to the benefit students, in order to have a better cost benefit of the police discussed.

Key Words: College quality, Access to college, Prouni.

O Programa Universidade para Todos - Prouni- foi criado em 2004 pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei 11.096/2005. Seu objetivo foi ampliar o acesso à educação superior em instituições privadas com avaliação positiva pelo MEC, otimizando vagas ociosas destes estabelecimentos, propiciando a inclusão de maior número de jovens nesse nível de ensino. O Prouni dispõe de bolsas de estudo integrais e parciais oferecidas a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Em contrapartida, o governo oferece isenção dos tributos fiscais para as IES que aderirem ao Programa. Desde sua criação o Prouni enfrentou algumas críticas, em relação às isenções fiscais que demanda para as instituições da rede privada, e também em relação ao uso do ENEM para a seleção dos candidatos, uma vez que é exigido um desempenho escolar definido numa nota de corte que valoriza critérios de meritocracia.

Para aprofundar a reflexão sobre o tema e ultrapassar posições com bases apenas ideológicas e culturais, procurou-se compreender a sua dinâmica e os impactos que poderia causar na qualidade do ensino de graduação na Universidade. Essa preocupação foi estimulada por opiniões críticas iniciais que afirmavam que Programa poderia impactar negativamente a qualidade da educação superior, dados seus critérios de ingresso e permanência na academia.

Compreendendo que o tema trazia mais complexidade do que anunciavam as posições - favoráveis ou desfavoráveis - iniciais, pesquisas começaram a ser desencadeadas, fazendo recortes diferenciados em contextos também específicos. Estes estudos pretenderam contribuir com as políticas educacionais, descortinando interesses macrossociais e compreender as estratégias que poderiam levar a um bom desempenho do Programa, incluindo o sucesso dos alunos nos seus intentos de formação.

O Programa Universidade para Todos – Prouni, como política de inclusão social, procura dar condições de acesso ao ensino superior à camadas da população que, até então, estavam alijadas dessa possibilidade. As IES são selecionadas através dos parâmetros de qualidade e se beneficiam de renúncias fiscais do Estado.

As transformações do mundo do trabalho vêm influenciando fortemente e a competitividade pelo emprego resultando em pressão sobre a educação superior. Criam-se as oportunidades para que a educação superior se amplie, tendo em vista a demanda e as necessidades de desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo o estatuto nacional vem alterando suas perspectivas, também afetadas pelas forças neoliberais e

pela globalização. O Estado vê diminuído o seu papel provedor, assumindo progressivamente a condição “reguladora” da educação.

O início do século XXI trouxe reações da sociedade exigindo as oportunidades de direito. Discursos ligados a compromissos utópicos se mesclaram com as condições reais do capitalismo organizado. Procurou-se produzir, então, alternativas que buscassem contemplar a convivência da regulação com a emancipação.

O ensino superior vai se constituindo, pouco a pouco, como uma expectativa para todos, mesmo que alicerçado na tradicional perspectiva da universidade meritocrática. Essa condição exige um padrão de desempenho escolar para o ingresso e a capacidade de acompanhamento das demandas curriculares dos cursos universitários. Mas mesmo quando essas condições são atingidas, o que se percebe é que ainda há uma demanda maior do que a possibilidade do governo de atendê-las.

A progressiva pressão social foi provocativa de discursos comprometidos com a ampliação das vagas no sistema público e incentivou políticas afirmativas que garantissem o acesso das classes populares à essas instituições. Medidas como a política de cotas, que privilegiavam o ingresso de grupos étnicos minoritários, foram implementadas com perspectivas de sucesso. Na mesma direção, o Prouni procurou otimizar a capacidade formativa de IES privadas, oferecendo, com rapidez, um número significativo de vagas a uma faixa da população que não poderia arcar com os custos dessas Instituições.

Com o intuito de explicitar um padrão de qualidade, foram definidos mecanismos de controle da qualidade dos cursos de graduação através de instrumentos de avaliação de larga escala, instituídos em todos os níveis educacionais no Brasil¹.

Para alguns, os programas de inclusão que alteram a lógica do mérito escolar como requisito do ingresso na educação superior, pode trazer prejuízos para a qualidade da universidade. Mesmo relativizando essa posição, há de se reconhecer que a alteração desses tradicionais critérios, coloca, mais uma vez, em tensão a compreensão da qualidade da educação superior.

Considerando-se o percurso histórico da universidade e as perspectivas de seu relacionamento com as políticas de Estado, cabe, então, perguntar: pode haver qualidade na universidade para todos? Que indicadores/parâmetros terão lugar nesse projeto? As

¹ Provinha Brasil, SAEB, ENEM, ENADE, etc...

políticas de inclusão atuais estão alterando os patamares tradicionais de qualidade? Em que direção? Como se percebem essas evidências?

Essas e outras questões complementares moveram este estudo e foram indicadoras de percursos para levar a cabo esta investigação.

Percurso Metodológico

A pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, que procurou compreender os dados no contexto em que foram produzidos, mas também tomando dimensões quantitativas como referentes, quando estas foram úteis para compreender a dimensão da experiência estudada no contexto institucional e nacional. Desta forma, foi realizado um estudo longitudinal, a partir da base de dados do INEP, do IBGE, da IES investigada e outros órgãos que contribuíram com os objetivos.

A investigação deu-se numa reconhecida universidade privada de natureza comunitária do sul do país, que possui um quadro de pessoal formado por mais de 900 professores, dos quais 86% são mestres, doutores e pós-doutores, além de aproximadamente 900 funcionários. Já diplomou aproximadamente 63 mil estudantes. No ano de 2008 contava com 66 cursos de graduação, sendo que 58 são regulares e oito a distância e um curso de formação específica. Nesses cursos há 22.984 alunos matriculados. Possui, ainda, 2.072 alunos nos cursos de Pós-graduação *latu sensu*, sendo 14 MBAs e 51 Especializações. Nos Programas de Pós-graduação *stritu sensu* disponibiliza 19 cursos de mestrado e doutorado, com 1.100 alunos matriculados. As ofertas de bolsas de estudo para a graduação, em 2009, alcançaram 615 alunos com bolsas filantropia, 1.333 alunos com bolsas Prouni integrais e 2.574 alunos com bolsas de incentivo às licenciaturas.

A pesquisa procurou apanhar a realidade na sua complexidade, usando variadas fontes de informação. Procurou representar os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes numa situação social e utilizar uma linguagem acessível. Essas são para LÜDKE e ANDRÉ, (1986) o que caracteriza um estudo de caso. Principalmente assumiu uma condição pontual, mas que, pelo aprofundamento requerido, se constituiu numa contribuição investigativa de significativo diálogo com outras realidades.

Os procedimentos utilizados envolveram entrevistas semiestruturadas, com professores da graduação, coordenadores dos Cursos e gestores da IES investigada. Também foram aplicados questionários de questões abertas aos estudantes do Prouni, alunos dos professores sujeitos da pesquisa.

Como critério de seleção para a entrevista, selecionamos professores de cursos de diferentes áreas do conhecimento, que tivessem, em suas aulas, pelo menos dois ou três alunos Prouni. Os professores que se propuseram a participar do estudo atuavam nos seguintes cursos: um no Curso de Publicidade e Propaganda; dois no Curso de Educação Física; um no Curso de Direito; um no Curso de Administração; uma no Curso de Nutrição; dois no Curso de Licenciatura em Matemática; e um no curso de Ciências Contábeis, totalizando nove professores.

Também foram consultados três gestores da universidade que, de alguma forma, estavam implicados com o desenvolvimento do Programa e com as questões relacionadas ao ensino de graduação. No contexto do estudo foram ouvidos, ainda, 49 alunos bolsistas.

No início da investigação utilizou-se os dados do ano de 2007, obtendo informações sobre os semestres de 2005/1, 2005/2, 2006/1 e 2006/2. Para finalizar a pesquisa, foi necessário completar o quadro até 2010.

Com surpresa, verificou-se que os dados relativos aos primeiros semestres do Programa haviam se modificado. Alguns alunos haviam abandonado os cursos, outros haviam encerrado suas matrículas por insuficiência no rendimento acadêmico e outros já estavam concluindo a graduação. Esta constatação indicou, ainda, que havia questões a serem repensadas sobre os dados qualitativos fornecidos pela pesquisa que, em algumas situações, se mostravam contraditórios em relação às informações obtidas através dos dados quantitativos.

Os dados coletados permitiram construir indicadores assim ficaram descritos: a) *Democratização e ampliação do acesso na educação superior*; b) *Ascensão na escala social, tendo em vista a condição familiar do estudante*; c) *Permanência dos estudantes na universidade*; d) *Sucesso no percurso acadêmico*; e) *Qualificação do estudante no espaço laboral*; f) *Consolidação de valores democráticos de equidade e solidariedade*.

A partir dessa estruturação, a interpretação e análise dos dados favoreceu a reflexão sobre o problema investigado e sua compreensão no contexto em que se institui. Para ampliação dessas reflexões, pontuamos os achados, a seguir.

a) *Democratização e ampliação do acesso à educação superior*

Uma das questões que interessava ao estudo referiu-se a como os interlocutores se posicionavam a respeito universalização do ensino superior, ainda compreendendo

que esta meta ainda esteja distante em nosso país. Parece haver concordância entre os professores entrevistados sobre a importância de programas que democratizam o acesso à educação superior no Brasil. Acreditam que a possibilidade deveria ser estendida para todos os que desejam essa oportunidade e consideram estas políticas fundamentais para trazer uma parcela importante da população para dentro da universidade, inclusive porque enriquece a instituição. Alguns respondentes, entretanto, salientam que seria importante dar oportunidade para os realmente interessados e com condições cognitivas para fazê-lo. Reconhecem que a educação superior não deve ser uma imposição, mas deve respeitar a trajetória e condição de cada jovem estudante. Mencionam que alguns optam pelo ensino técnico e essa pode ser uma importante alternativa.

Reforçam a ideia de que é preciso oportunizar uma educação que dê oportunidade para todos, mas que nem sempre a universidade é a única opção. Certamente essa é uma posição sustentável, mas é preciso ter cuidado para não cair em argumentos que defendem a estratificação de mundos escolarizados dualistas, colocando o ensino técnico em contraposição ao ensino superior. Eles podem ser complementares e ao mesmo tempo garantirem suas especificidades.

Por parte dos gestores da universidade comunitária, o Brasil tem todas as condições para favorecer a ampliação das vagas no ensino superior. Julgam fundamental uma política nessa direção, mas não creem que haja condições estruturais para tal. Defendem que o ensino seja pago para aqueles que têm condições econômicas para tal, pois assim o país poderia ampliar esse benefício para os demais. Dizem que “...esse seria um trabalho de verdadeira democracia e é o que falta”. Mas acreditam que não existe cultura no Brasil para realmente se chegar a isso, e registram “as resistências que acontecem ainda hoje com relação a cotas raciais, por exemplo”. Para um dos respondentes ainda há um “...sintoma de preconceito que está aí enrustido na sociedade e que se opõe a democratização das oportunidades de educação”.

Certamente estas são visões legítimas, mas não universais. Os debates em torno da educação pública e gratuita fazem parte da tradição democrática e republicana no país. São argumentos que discutem uma temática polêmica. Mas, no contexto destas análises, o Prouni estaria legitimado, pois se trata de aproveitar vagas das IES comunitárias para processos de inclusão social.

É interessante perceber que há críticas de diferentes origens, tanto das esferas públicas como das privadas. Mas o conteúdo de ambas é diferente. Enquanto os argumentos dos setores públicos questionam o investimento estatal nas IES privadas

através do Prouni, pela isenção fiscal das IES privadas, os gestores destas IES privadas polemizam a aplicação dos recursos na construção de novas universidades públicas. Como pano de fundo há visões ideológicas e políticas e também interesses corporativos em jogo.

Compreensíveis são estas tensões quando se analisam as visões dialeticamente. Elas é que podem fazer avançar o processo democrático.

O fato de ter provocado os respondentes sobre a ampliação do acesso através das políticas de inclusão na educação superior, fez com que os mesmos se referissem também a Lei de Cotas, que também faz parte da política de inclusão proposta pelo governo federal. Há grupos que concordam com essa legislação e outros que discordam refletindo-se na composição do Congresso Nacional. Estes argumentos indicam que o tema das cotas ainda é controverso e parece que os docentes do ensino superior carecem de reflexões mais aprofundadas sobre o assunto.

Já sobre o Prouni, a posição é favorável e certamente revela a condição da origem dos respondentes, ligados a uma universidade comunitária, inclusive em relação ao rendimento acadêmico. Uma das entrevistadas disse “quando vi a lista dos meus alunos Prouni, - porque eu não os conhecia -, fiquei muito surpresa. São muito bons, são os nossos melhores alunos”. “Todos os meus alunos bolsistas são excelentes. A impressão que me dá é que como o governo comprou essa vaga para eles, há um comprometimento especial em relação a essa oportunidade, eles se sentem comprometidos”.

Uma das críticas ao Programa, por parte de alguns, centrava-se na exigência de um desempenho determinado, através do ENEM. Afirmam que essa condição continua fazendo cortes de exclusão, pois as camadas mais desfavorecidas ficam fora.

Este é um tema polêmico e controverso. Dificilmente haveria sustentação para políticas de inclusão totalmente desvinculadas do mérito escolar e essa é uma condição aceita na comunidade acadêmica. Para ingressar na universidade e ter condições de permanência é preciso um mínimo de preparo intelectual. É o que vem fazendo o ENEM. Entretanto fica claro que o Prouni não vai, isoladamente, resolver o problema da inclusão social. Mesmo que possa estar alcançando algum êxito nesta direção.

Os gestores reconhecem os efeitos da política inclusiva do Prouni e consideram que “observando a nossa realidade, houve a entrada na vida acadêmica de uma maior diversificação de estudantes, o rosto da universidade mudou...então, o Prouni foi um avanço ...”

Ouvir os alunos bolsistas também foi fundamental. Eles acreditam que a iniciativa do Prouni é extremamente positiva, como forma de ampliação do acesso à educação superior. Afirmam que os estudantes que valorizam a oportunidade que tiveram e que essa condição faz diferença na qualidade da formação.

b) Ascensão na escala social tendo em vista a condição familiar do estudante

O Prouni foi mencionado por muitos interlocutores como uma política de inclusão, que provoca uma ascensão social. O Brasil ainda é um país com significativas desigualdades, exigindo políticas compensatórias e parece que o Prouni e as políticas de financiamento possibilitam a diminuição das diferenças sociais. Muitos dos estudantes são os primeiros na família a alcançarem este nível de escolarização.

Para eles a importância do Programa é ter possibilitado o acesso à educação superior. Disse uma das alunas que “a maior conquista foi a vaga no curso de Nutrição, que eu tanto queria desde o Ensino Médio”.

Também as aprendizagens que se referem à cidadania e aos aspectos de mobilidade social foram por eles apontados. Um dos alunos explicitou que aprendeu muito na universidade, valorizando como uma conquista pessoal que é “saber incluir-me num espaço sócio cultural diferente do estava habituado.” Referia-se ao fato de ser proveniente de uma cidade diferente e por ser “economicamente mais humilde”. Para ele, a oportunidade fez com que “me tornasse uma pessoa mais receptiva e menos alienada”.

Essa visão mais humana e menos técnica acompanha a manifestação dos alunos quando dizem que “muitas das aprendizagens fogem do contexto técnico dos conteúdos, abrangendo o conhecimento de como lidar com pessoas e percebendo a diversidade de questões que motivam ou, simplesmente, guiam as pessoas das diversas camadas sociais”.

Os alunos bolsistas acreditam que os beneficiados pelo Prouni podem surpreender em termos de desenvolvimento, pois creem que dão um valor maior para esta oportunidade. Acreditam também que seu crescimento, tem a ver com a possibilidade de serem ouvidos pelas outras camadas sociais. Dizem que é importante “saber lidar com diferentes pessoas, valores e inclusões na sociedade. A oportunidade de levar a ‘voz’ das pessoas na base da pirâmide social é um grande aprendizado”.

Essas manifestações são significativas e informam que a experiência acadêmica extrapola a condição de apropriação dos conteúdos curriculares e de uma competência

técnica. Os estudantes ampliaram esta perspectiva e registraram os ganhos que tiveram como pessoas, especialmente percebendo a possibilidade de alterar a lógica do determinismo social. Talvez esta seja uma das grandes conquistas das políticas de inclusão.

c) A Permanência dos estudantes na Universidade

Se o ingresso dos estudantes foi considerado um avanço, conforme os dados da pesquisa, outros problemas foram mencionados como fatores que excluem, relacionados à permanência na IES. Esse é um problema geral na universidade privada, pois mesmo os alunos pagantes sentem dificuldades e também se esforçam para garantir a permanência no espaço acadêmico.

Os professores apontam que um grande desafio para o Prouni, seria prover outros benefícios, outras formas de assessorias ao aluno que ingressa na universidade. Acreditam que dar a bolsa é importante, mas ainda é pouco. Muitos alunos bolsistas têm acesso a universidade mas não a mesma condição dos demais para chegar com sucesso ao final de seus cursos. Creem que essa condição pode ser uma falsa inclusão, porque eles ingressam, mas não têm as mesmas condições de permanência do que colegas. Mas também é verídico que muitos, com o auxílio de seus professores, conseguem superar as adversidades e se tornam profissionais e cidadãos. Na visão dos gestores poderia ser útil implementar bolsas de alimentação, por exemplo, porque alguns alunos do Prouni. Esta seria uma boa iniciativa da universidade.

O tempo para o estudo, ou falta de tempo é outro fator de dificuldade apontado. Entretanto, a maior parte dos alunos questionados não lembrou de impasses significativos e nada apontaram. Mesmo que haja dificuldades veem esses momentos como mais um desafio a vencer. Quando localizam dificuldades, estas parecem estar mais ligadas às condições econômicas do que relativas às aprendizagens. Para alguns os custos com materiais solicitados pelos cursos, se apresentam como um desafio. Mas entendem que essa é uma situação que se coloca para a maioria dos estudantes. Reconhecem que não sentem uma distinção visível entre pagantes e bolsistas, e que isso é bom. A única característica relevante é a capacidade intelectual, e essa independe da faixa social, na opinião dos nossos respondentes.

Certamente todo o estudante trabalhador enfrenta este impasse. Sacrificam horas de lazer e convívio familiar em prol do estudo. Mas parece que, mesmo assim, vão em frente, pois valorizam a condição temporal que estão vivendo.

Para eles, cada um constrói e é responsável por sua trajetória acadêmica. Sugerem algumas alternativas. Entre elas que “o período para cumprir o curso disponível para os alunos bolsistas poderia ser mais longo, pois algumas vezes temos que fazer mais cadeiras e não podemos custear o transporte que se torna caro. Assim corremos o risco de não concluirmos o curso no prazo estipulado”.

d) Sucesso no percurso acadêmico

Um dos interesses do estudo estava centrado no desempenho dos estudantes no cotidiano acadêmico. Precisariam os alunos de atendimentos especiais? Apresentariam perfis diferenciados em relação aos demais alunos?

Na parte qualitativa da pesquisa foi possível obter dados que confirmam que o Programa e seus bolsistas impactam positivamente a universidade, não interferindo na sua qualidade das práticas acadêmicas.

Muitos alunos do Prouni se revelam como excelentes alunos o que contradiz opiniões restritivas a essas políticas de inclusão. Exemplificamos com o depoimento de um professor: “um dos alunos que eu nomeei aqui na minha turma passou com nota dez e a outra, com 8,79. Eu não vejo nenhuma relação entre ser aluno Prouni e ter baixo rendimento”. Para os docentes, muitos alunos bolsistas são mais persistentes, pois buscam sanar as dificuldades e procuram conquistar boas notas. Parecem ter mais dedicação e valorizam muito as oportunidades. Lutam para não perdê-las.

Os bolsistas Prouni entrevistados afirmaram não sentir dificuldades para acompanhar as propostas dos conteúdos das disciplinas e os padrões exigidos nas avaliações. Não concordam que para ter sucesso nas disciplinas precisam estudar mais que os outros colegas ou se empenhar em esforços compensatórios. Sentem-se em condições normais de aprendizagem.

Os alunos também não percebem se seus professores ficam mais atentos, e procuram sanar possíveis dificuldades em relação às suas aprendizagens. Os professores desenvolvem sua aula normalmente sem nenhuma atenção especial aos bolsistas, mas atentos à todos os estudantes.

Para eles, a satisfação de estar na universidade vem em primeiro lugar, junto com a alegria que sentem pelo aproveitamento satisfatório nas disciplinas e o fato de não reprovarem. “No final do semestre quando vejo que passei, me dá um alívio, isso mesmo um alívio, pois meu medo atual é perder a bolsa, pois sem ela não tenho como continuar os estudos”.

“Nós, bolsistas”, disseram, “não somos diferentes dos demais acadêmicos, somos iguais. Possuímos os mesmos medos, angústias, vitórias, desafios/dificuldades, sonhos, de se formar e conquistar um bom emprego.

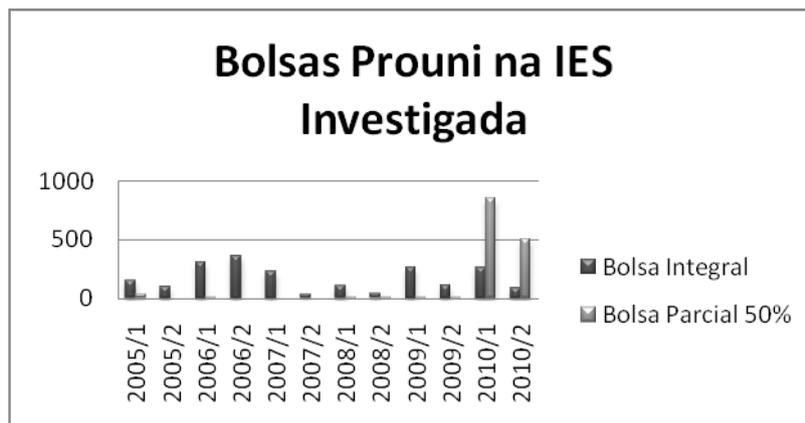
Entretanto, no cotejamento dessas manifestações de alunos e professores, as perspectivas positivas foram contestadas pelos dados quantitativos, disponíveis para a investigação. Com surpresa descobrimos que as estatísticas mostram uma realidade mais complexa, exigindo aprofundamento nas reflexões.

O fator sucesso no percurso acadêmico contradiz de certa forma a parte qualitativa da investigação. Talvez se evidencie que os sujeitos falem a partir de sua experiência e do que podem perceber, sem uma visão mais ampla do fenômeno. Os dados quantitativos apresentam outra perspectiva que também não é total, mas que pode favorecer um olhar mais amplo sobre a questão. Revelam eles que é grande a desistência e a evasão dos alunos do Prouni. Assim, foi possível compreender, que os estudantes ouvidos nessa pesquisa, foram os “sobreviventes”, aqueles que conseguiram driblar as condições adversas à sua permanência, especialmente as ligadas aos fatores econômicos de manutenção na universidade.

- **Desafios e tensões do Prouni no contexto da universidade**

Para compreender a experiência de implementação do Programa fomos observar os dados desde sua implementação no primeiro semestre de 2005, até o final do ano de 2010. Foram doze semestres de ingressos dos alunos Prouni. Abaixo se pode verificar a situação inicial.

Gráfico 1 – Bolsas Prouni na IES Investigada



Fonte: A autora

Através dos Relatórios disponibilizados pela Universidade foi possível identificar que, desde o primeiro semestre de 2005 até o segundo semestre de 2010, foram distribuídas 3.462 bolsas Prouni. Destas, 2.045 foram do tipo BI² e 1.417 foram do tipo BP³. No primeiro semestre do ano de 2005, a Universidade disponibilizou 148 BI e 32 BP. As BP ocorreram, conforme o coordenador do setor de bolsas e filantropia da Universidade, por força da Lei, que era bastante rígida inicialmente. Em princípio a Universidade não tinha interesse em conceder BP de 50% ou até de 25%, como era permitido inicialmente pelo Prouni, uma vez que os estudantes apresentam uma renda familiar muito baixa e não têm condições de arcar com a complementação da mensalidade, o que ocasiona evasão e/ou suspensão do benefício.

Já nos semestres seguintes, de 2005/2 até 2007/2, foram oferecidas apenas BI, sendo 359 em 2006/2, 227 em 2007/1 e 38 em 2007/2. Pode-se observar que diminuiu significativamente o número de bolsas entre os semestres de 2006/2 e 2007/2. Isto se deve ao fato de que a IES já estava completando a sua cota de bolsas, conforme as exigências do Prouni. A partir do semestre de 2008/1, a Instituição voltou a oferecer um percentual mínimo de BP de 50%, apenas para fechar os índices exigidos pelo Programa. Já em 2010, houve uma mudança significativa nos procedimentos da Universidade, pois a IES ampliou o número de BP e estas superaram significativamente o número de BI. Esta prática não havia sido utilizada anteriormente e, de certa forma, contradiz o argumento anterior que acusava desinteresse da IES com essa modalidade, frente ao fenômeno da evasão e suspensão do benefício. Pudemos verificar que em 2010/1 foram oferecidas 258 BI e 847 BP e em 2010/2 foram disponibilizadas apenas

² BI – Bolsa Integral

³ BP – Bolsa Parcial que cobre 50% das mensalidades.

91 BI para 507 BP de 50%. Certamente essa mudança de política institucional merece um aprofundamento.

As bolsas Prouni precisam ser analisadas semestralmente. No início desta investigação em 2007, no semestre de 2005/1, os dados apresentados pela IES disponibilizavam 148 BI, 32 BP, quatro suspensões temporárias e 39 bolsas encerradas. Estes números representavam 26% de desistência inicial por motivos desconhecidos. Muitos podem ser os motivos, como a opção dos alunos por outro curso, opção por outra IES ou porque o curso para o qual conseguiram a bolsa não era o do seu principal interesse, etc.

Os dados que tínhamos de 2005/1 se modificaram e atualmente foram registradas duas suspensões temporárias e 96 bolsas encerradas. Pode-se perceber um aumento significativo de encerramentos das bolsas ofertadas. Esse fenômeno, certamente, merece ser mais estudado e deve interessar aos gestores institucionais e governamentais no sentido de avaliar e até reorientar políticas.

No primeiro semestre do Prouni na IES, 2005/1, das 180 bolsas disponibilizadas, 137 não foram utilizadas. Doze delas por insuficiência de matrícula e três tiveram irregularidades constatadas. Sete tiveram encerramento da bolsa por substancial mudança econômica do bolsista. Das 115 restantes em 2005/1, onze foram encerradas por solicitação do bolsista, sete bolsistas se evadiram, um encerrou por esgotamento do prazo de utilização da bolsa - pois já havia iniciado o curso antes de ser beneficiado pela bolsa do Prouni -, e dois trancaram a matrícula temporariamente. As desistências apontadas, por motivos variados, significam 23,5% das bolsas. Das 95 bolsas que restaram em utilização, 36 foram encerradas por insuficiência de rendimento acadêmico. Estes dados significam que 26% dos bolsistas não conseguiram ter um desempenho favorável, se analisarmos em relação aos ingressantes iniciais. Mas se analisarmos em relação aos 95 estudantes bolsistas que realmente seguiram nos cursos esta taxa representa 37%. Temos ainda 52 alunos bolsistas com os cursos em andamento, uma vez que 49 já concluíram seus cursos. Esses dados demonstram que 36% dos alunos concluíram seus cursos, mas se fizermos novamente a análise em relação aos 95 que seguiram nos cursos, esta taxa se modifica para 51%. Embora 13,5% ainda estejam em andamento.

No ano de 2005/2, foram disponibilizadas somente Bolsas Integrais, num total de 101. Destas bolsas, um aluno não chegou a se matricular, um teve o prazo de utilização da bolsa esgotado, três solicitaram o encerramento da bolsa durante o curso,

cinco bolsistas evadiram e um faleceu. Das 91 bolsas restantes, até agora, 23 alunos tiveram suas bolsas encerradas por rendimento acadêmico insuficiente, significando 23% dos alunos. Esta taxa aumenta se incluirmos os alunos que seguiram seus cursos. Os alunos que já concluíram o curso foram 36, representando uma taxa de 36%. Se tomarmos estes alunos relacionados aos 91 que seguiram suas trajetórias acadêmicas, esta taxa passa a 39,5% de alunos concluintes. Ainda estão cursando 32 bolsistas ingressantes no semestre de 2005/2.

Em 2006/1, a IES disponibilizou 311 bolsas, sendo somente 5 parciais de 50%. Destas bolsas, quatro bolsistas não efetuaram a matrícula, um teve irregularidades constatadas, um teve seu prazo de utilização da bolsa esgotado, onze evadiram, doze solicitaram o encerramento, quatro encerraram por outras irregularidades e seis estão com a bolsas suspensa temporariamente. Dos bolsistas ingressantes em 2006/1, 57 já concluíram seus cursos representando 18,5% do total e 35 tiveram suas bolsas encerradas por rendimento acadêmico insuficiente, ou seja 11%. Os alunos ingressantes do semestre em questão e que ainda estão em seus Cursos são 175.

Em 2006/2, 359 alunos foram beneficiados com a bolsa do Prouni, mas um não efetuou a matrícula inicialmente, um a bolsa foi suspensa por substancial mudança econômica do bolsista, oito bolsistas evadiram, nove solicitaram a suspensão da bolsa, três foram encerradas por outras irregularidades, cinco bolsas estão suspensa temporariamente por solicitação do bolsista. Das bolsas restantes 60 foram encerradas por rendimento acadêmico insuficiente, representando 17% e 63 concluíram os cursos, num total de 17,5%. Das bolsas iniciais disponibilizadas neste semestre, 209 ainda estão em andamento.

Analisando os dados parciais acima, podemos verificar que em 2005/1, 26% dos bolsistas tiveram rendimento acadêmico insuficiente e 36% concluíram o curso. Em 2005/2, 23% tiveram rendimento acadêmico insuficiente e 36% concluíram o curso até agora. Em 2006/1, 1% tiveram rendimento acadêmico insuficiente e 18,5% concluíram o curso até este momento da pesquisa. E no último ano analisado, 2006/2, 17% dos alunos não tiveram rendimento acadêmico suficiente e 17,5% concluíram o curso. Nesta análise não estão incluídos os alunos que se evadem, e que podem representar também, aqueles que enfrentam dificuldades para acompanhar o processo de aprendizagem.

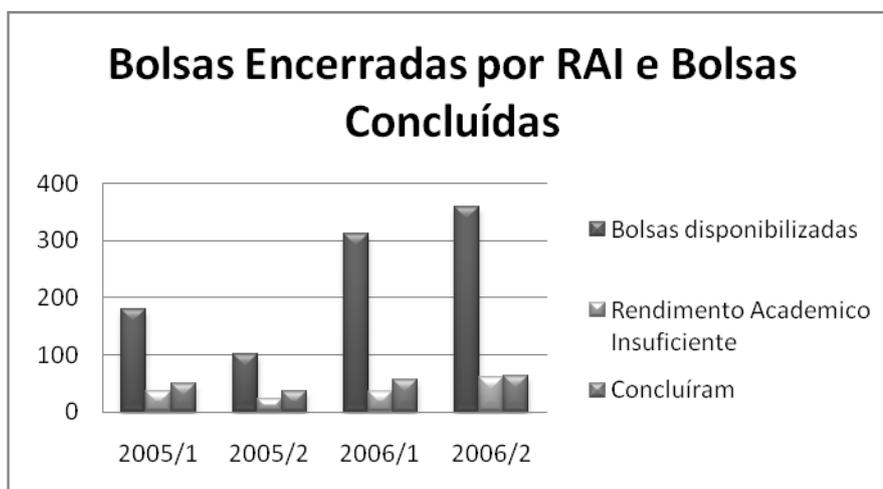
Parece que, pelo menos, dois fatores importantes são evidenciados pelos dados. O primeiro está relacionado com os alunos bolsistas do Prouni que apresentam dificuldades para acompanhar os conteúdos acadêmicos. De alguma forma essa hipótese

não encontra guarida nos depoimentos dos professores que relatam uma experiência diversa. Vale ressaltar que muitos deles afirmam terem alunos do Prouni com desempenho de ótima qualidade, e que não percebem que os estudantes com essa origem de ingresso se destaquem negativamente.

O segundo fator indica que o investimento feito pelo Estado, em contrapartida à isenção fiscal para as IES, alcança resultados positivos, uma vez que os alunos de baixa renda não teriam acesso a educação superior de qualidade se não fosse por este benefício. Entretanto é possível registrar as perdas que vão ocorrendo ao longo do percurso, especialmente evidenciadas pelos índices de evasão. Das 180 Bolsas concedidas, por exemplo, em 2005/1, apenas 49 estudantes concluíram seus cursos. Não sabemos qual será o destino dos 32 bolsistas que ainda não concluíram, mas o que fica evidente é que o investimento realizado necessita de acompanhamento e análise na relação custo-benefício. Sabemos que o fenômeno da evasão não acontece apenas entre os estudantes do Prouni. Mas esse não pode ser um argumento que desqualifique uma intencionalidade de análise do problema.

Continuando a análise percebe-se que nos anos de 2005 e 2006, foram disponibilizadas 951 BP e BI e destes, 472 alunos ainda estão em curso. Mas chama a atenção que 274 já foram encerradas por vários motivos, representando 29% do total. Assim, do número inicial, identifica-se que 205 concluíram até agora sua formação universitária, representando 21,5% dos ingressantes. Esses dados preocupam porque, até o momento de realização dessa pesquisa, identificamos mais bolsas encerradas do que alunos concluintes em seus Cursos.

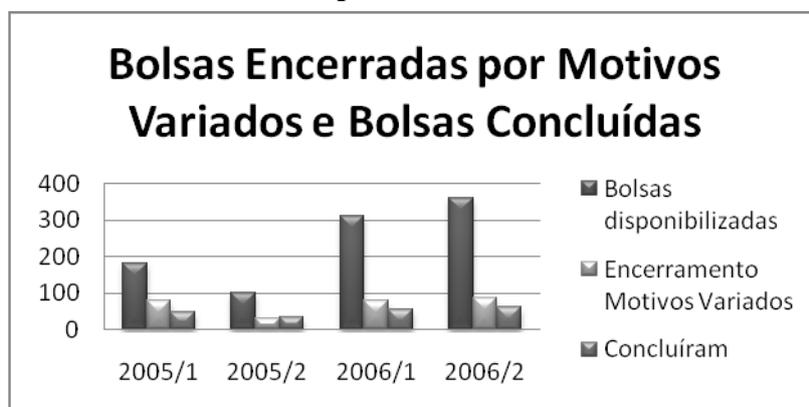
Gráfico 2 – Bolsas Encerradas por RAI e Bolsas Concluídas



Fonte: A autora

Pode-se perceber pelo gráfico que, em 2005, o número de alunos bolsistas que encerraram a sua bolsa e o número de alunos que concluem o curso é muito próximo. O mesmo se observa em 2006, embora neste ano ainda haja um número maior de alunos que ainda estão na Universidade. O gráfico nos ajuda a perceber que um número elevado de alunos apresentam dificuldades nos seus percursos acadêmicos. No gráfico seguinte se explicita o quadro dos alunos que encerram suas bolsas e os que as concluem.

Gráfico 3 – Bolsas Encerradas por Motivos Variados e Bolsas Concluídas



Fonte: A autora

Vale lembrar, ao analisar esses dados, que a IES não disponibilizou bolsas parciais durante os anos de 2006 até 2009; apenas algumas necessárias para fechar os números junto aos critérios do Programa. Entretanto não deixa de ser preocupante a mudança de rumos na política institucional que indica a centralidade de bolsas parciais. Essa não será uma medida que acirrará o problema da evasão?

Em 2010 a IES ampliou consideravelmente as BP, triplicando seu número em relação as BI. Relembrando os números acima, em 2010/1 são 258 BI e 847 BP de 50% e em 2010/2 foram disponibilizadas apenas 91 BI para 507 BP de 50%. Se os alunos não puderem cumprir com os encargos financeiros referentes aos outros 50% da mensalidade, terão que ou solicitar o Financiamento da Educação Superior – FIES, para pagar o valor representado pelos outros 50% das mensalidades no final do curso, ou terão que abandonar a Universidade. Ainda não temos dados a esse respeito, mas é preciso registrar a preocupação com o quadro que se delineia. Há um argumento institucional de que essa posição decorre do fato da drástica diminuição das Licenciaturas na IES. Esses Cursos já têm, por uma política própria, isenção de 50% das mensalidades. Portanto os estudantes Prouni seriam duplamente beneficiados.

O que chama a atenção e precisa urgentemente ser pensado é que pelos dados apresentados, muitos alunos não estão conseguindo permanecer na IES. Isso comprometeria a política de inclusão criada pelo governo? Teria sentido para compensar a isenção fiscal concedida? Se a taxa de evasão para BP é alta, demonstrando problemas de percurso, porque insistir na sua expansão?

Outro ponto de questionamento refere-se a que no caso das BP, os alunos podem concluir o curso no prazo ampliado. Que significado pode ter essa medida na qualidade da formação? Como a universidade enfrentará essa permanência prolongada? Essa medida beneficia os estudantes? Poderá diminuir a evasão?

Gráfico 4 – Evasão dos Bolsistas Prouni na IES Investigada



Fonte: A autora

Tentando explorar as causas da evasão, através dos registros da IES, conforme gráfico acima, foi possível perceber que 240 alunos concluíram seus Cursos e 447 cancelaram a Bolsa pelos seguintes motivos: 43 por simples evasão do bolsista, 192 por rendimento acadêmico insuficiente, 51 por inexistência de matrícula no período letivo de início da bolsa, 139 por solicitação do bolsista, seis por irregularidade constatada na supervisão, 12 por substancial mudança de condição sócio econômica do bolsista e quatro por falecimento do interessado. Sendo assim temos um total de 447 bolsas encerradas por motivos diversos, sendo que, destes, 43% por motivo de rendimento acadêmico insuficiente e 10% se evade sem apresentar motivos.

Não se pode avaliar o número de evadidos em relação ao universo de bolsas oferecidas, porque vimos anteriormente que os alunos vão se evadindo ao longo do percurso. Sendo assim nossa análise assume a condição processual, deixando o registro de que as bolsas integrais, por si só, não evitam a evasão. Mas, certamente, as bolsas

parciais dificultam ainda mais a permanência dos estudantes que, nos anos iniciais alcança apenas uma terça parte dos que iniciam.

Outro fator que preocupa é que parece não chegar aos professores essa análise e, talvez por essa razão, eles não tenham percebido as dificuldades em relação a aprendizagem dos bolsistas. Mas se parte da exclusão - o primeiro fator entre os motivos da evasão - se dá por insuficiência no rendimento acadêmico, como essa percepção não se estabelece? Que vácuo de discussão e análise da realidade os dados estão apontando?

Como esse dado vem sendo trabalhado na Instituição? A política de ampliar as bolsas parciais não comprometerá ainda mais o sucesso da política de inclusão proposta pelo Ministério da Educação? Esse órgão de governo, por sua vez, não teria de estar acompanhando a realidade e as decisões institucionais?

É certo que desde muitas décadas existem políticas que facilitam o financiamento e a inclusão e essas são de interesse das IES e de uma faixa de candidatos à Universidade. Entre elas é possível citar as anteriores Bolsas Filantropia e os antigos auxílios e financiamentos oferecidos pela Caixa Econômica Federal e pelo governo aos alunos que não podiam pagar a universidade. Mas, tudo indica que o Prouni se instituiu no contexto de uma política de inclusão mais ampla do governo federal, querendo ser um diferencial significativo garantindo a inclusão de alunos de baixa renda. Para isso as bolsas não teriam de ser majoritariamente integrais? Não seria, também, importante, o desencadeamento de políticas de apoio e acompanhamento desses alunos de uma forma mais sistemática que os ajudasse a transpor dificuldades decorrentes de suas condições objetivas de vida? Não deveria ser este, também, um compromisso institucional previsto nas políticas públicas?

- **O fenômeno da evasão: questão específica do Prouni ?**

Considerando que a evasão se apresenta como um dos fatores que colocam em risco a efetividade do alcance dos objetivos do Prouni, pareceu importante, nesse estudo, analisar os índices encontrados comparativamente aos evidenciados pelos demais estudantes da Instituição. Para tanto os dados foram disponibilizados pela IES, para favorecer a análise, compreendendo o período de 2006 até 2010.

O questionamento que acompanhava a análise sugeria que era importante ver se as taxas de evasão dos estudantes do Prouni correspondiam a média de alunos evadidos na Instituição ou se representavam um extrato diferenciado na incidência do problema.

Além da disponibilidade dos dados relativos à evasão, a Universidade vem fazendo um acompanhamento desse fenômeno e identificando as possíveis causas para tal situação. Classifica os motivos da evasão em algumas dimensões, tais como: *motivos relacionados com o funcionamento da IES; ao desempenho acadêmico; à profissão e o mercado de trabalho; aos cursos; aos professores e à aspectos financeiros e sociais.*

Os motivos *relacionados ao funcionamento da Universidade* são, na sua maioria, de ordem operacional, envolvendo aspectos desde a burocratização dos procedimentos acadêmicos; aos problemas na gestão logística nas áreas, relação e processos; a pouca acessibilidade às instalações físicas até os problemas de comunicação interna para alunos e entre setores/áreas.

Já os motivos relacionados ao *desempenho acadêmico*, relacionam-se com as dificuldades de acompanhamento; reprovação, baixo aproveitamento; baixo desempenho no vestibular e formação deficiente.

Com relação à *profissão e ao mercado de trabalho* aparecem questões relacionadas à inadequada escolha curso/profissão; ao pouco prestígio e status de algumas profissões e informação sobre o mercado de trabalho e carreira. Também são registradas dificuldades em relação à dúvidas sobre a vocação, dada a escolha precoce dos estudantes e a falta de perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Problemas relacionados com os *Cursos* também foram apontados como uma das causas da evasão, envolvendo a frágil relação teoria - prática (significado das disciplinas); as metodologias de ensino-aprendizagem e avaliação desatualizadas e a existência de grades curriculares muito rígidas. Também são causas do fenômeno a inadequação dos alunos aos horários de funcionamento das atividades curriculares e o pouco conhecimento e identificação que eles estabelecem com a estrutura do Curso.

Os *professores* foram vistos como um dos motivos da evasão, ligados à inadequação de processos metodológicos de ensino e alguns problemas de relacionamento.

Aspectos financeiros e sociais aparecem, ainda, entre os motivos da evasão, pelas dificuldades dos estudantes em manterem as mensalidades em dia; inexistência de políticas de descontos e incentivos; inadimplência; dificuldades de negociação de dívidas acumuladas e falta de clareza nas políticas de concessão de bolsas.

Há também *causas externas* como mudança de cidade; pressões familiares; desemprego; gastos de transporte, alimentação e material didático; doença/morte; família e casamento, dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

Ainda que no contexto do estudo aqui apresentado não se tenha ouvido alunos evadidos, é possível supor que as causas da evasão são comuns entre todos os estudantes, inclusive os do Prouni. Nos registros que o setor responsável tem sobre o acompanhamento dos estudantes do Programa, ficou registrado que muitos deles abandonam os Cursos por inadimplência, quando recebem meia bolsa, ou por insuficiência acadêmica, fator relacionado com os processos curriculares e de ensinar e aprender que encontram na Universidade. Esta percepção induz a pensar na importância de implementar medidas de acompanhamento desses estudantes, com vistas a maximizar os recursos aportados para oportunizar a formação em nível superior.

Entretanto, se os índices de evasão estão questionando a otimização do Programa, ressalta-se que eles não indicam interferência na qualidade dos Cursos. Somente expressam inadequações que poderiam ser minimizadas tanto nos aspectos operacionais, como nos pedagógicos. Parece que esse é o próximo desafio.

e) Qualificação do estudante no espaço laboral

Compreender se o Programa proporcionou impactos positivos na qualificação do estudante no espaço laboral foi um dos interesses deste estudo, uma vez que mesmo não avaliando os egressos, muitos bolsistas já trabalham durante a sua formação.

Mencionam os estudantes que as universidades federais estão localizadas nas cidades de grande e médio porte distante geograficamente de muitos alunos gaúchos do interior do estado. Somente a UFRGS está em Porto Alegre e, mesmo sendo a IES com maior número de vagas, está longe de poder receber a demanda anual. Para o estudante do interior e com dificuldades econômicas, é difícil o deslocamento, pelo custo e pelo tempo que teriam que despender. Assim a “política de compras de vagas”, como alguns professores mencionaram, é uma forma de oportunizar ao aluno estudar numa instituição de boa qualidade mais próxima da sua realidade. Pode ter mais relação com o que ele busca, com o curso do seu interesse, mais próximo do mercado em que ele vai trabalhar.

Consideram que a experiência acadêmica está sendo fundamental para seu desenvolvimento profissional. Caso não houvesse esta oportunidade não teriam condições de fazer um curso superior.

Os desafios propostos estimulam a sua capacidade e fazem com que se dediquem cada vez mais. Uma aluna bolsista afirmou que se sente “realizada com a vivência e quando venço um desafio, isso significa que estou aprendendo”.

Os alunos bolsistas que permanecem nos seus cursos demonstram aproveitar o máximo possível a oportunidade, que tiveram, obtendo boas notas. Alguns buscam outras atividades que os qualifiquem como a pesquisa durante os anos iniciais da formação, agregando novas competências.

Alguns elogiam seus cursos como tendo uma proposta inovadora em termos pedagógicos e se sentem, na maior parte do tempo, desafiados a alcançar os objetivos pré-definidos.

Afirmam que a grande maioria dos professores consegue favorecer a produção dos alunos em relação aos conteúdos trabalhados e a cada semana propõem novos desafios. Sabem que alguns poucos alunos, bolsistas ou não, têm que se valer do chamado “Ensino Propulsor”, que consideram uma ferramenta interessante, quando se percebe certo grau de deficiência nos seus pré-requisitos.

Alguns alunos sentem que o fato de terem tido essa oportunidade de bolsa de estudos, já os coloca numa posição diferenciada, mesmo antes de concluir o Curso. Uma das alunas bolsistas disse que “a empresa em que eu trabalho já me deu uma oportunidade de atuar na minha área de estudo e essa experiência de aliar teoria/ prática é muito importante para o currículo”.

Outros alunos relataram que encarar os desafios que o Curso proporciona, normalmente, pois sabem que todos passam por isso quando estão fazendo um curso de graduação.

Para muitos estudantes o que tem mais valor é o conhecimento adquirido, o aprendizado, o fato de aprender com qualidade é o que mais importa. Salientam a importância de construir uma boa base de conhecimento para o Trabalho de Conclusão, conseguir um estágio na área e conforme uma das alunas “aprender a ser nutricionista na área que eu irei exercer”.

Para alguns, a valorização profissional vem se dando mesmo antes da conclusão do curso. Um bom exemplo está relatado neste depoimento:

A maior conquista foi a minha empresa reconhecer o meu esforço. Eles acompanharam desde o início eu tentar a bolsa, conseguir, entrar na universidade, e em dois semestres cursados já me deram a oportunidade de ir para o setor financeiro, me possibilitando aliar conhecimentos. A minha vida deu um giro no último ano, de recepcionista com ensino médio no início do ano passado, passei a consultora de financiamentos com o 4º semestre em andamento.

Foi estimulante encontrar depoimentos como este e atestar o quanto a oportunidade de inserção na educação superior vêm interferindo na vida dos estudantes

Há nas manifestações dos bolsistas que conseguem permanecer na universidade uma demonstração de empoderamento que contribui tanto do ponto de vista profissional como pessoal. Aumenta a autoestima e os transformam em pessoas mais confiantes.

f) Consolidação de valores democráticos de equidade e solidariedade

Tomamos as políticas de inclusão que atingem a escolarização superior, propostas pelo governo, para confrontar a opinião dos participantes do estudo. Nas manifestações registradas nos depoimentos se confirma uma posição favorável ao Prouni, como uma política de inclusão.

Em geral, o Programa, como Política de Inclusão, é avaliado pelos professores de forma positiva. Nenhum professor colocou-se contra o Programa e o entenderam como uma ação afirmativa, um marco para o acesso a educação superior de algumas famílias brasileiras que não tinham esta possibilidade em seu imaginário.

Também há os que consideram como um apoio do governo à universidade privada, através da renúncia tributária. Ressaltam, entretanto, que essa condição deve levar em conta a qualidade da instituição, “têm de avaliar e ver quando vale a pena investir nas IES privadas, que não são todas iguais”.

Todos os alunos concordam, também, com o Programa Universidade para Todos, reconhecendo sua importância como uma política de inclusão educacional e consideram uma ação correta.

Para os gestores, em termos de políticas públicas de inclusão que atingem a educação superior, estamos avançando. Acreditam que não é de imediato que o Brasil vai acertar em todas as políticas. Um deles diz que “era crítico do Prouni e me convenci do seu acerto”. “É acertado, trata-se de um esforço que ajuda a romper um pouco essa crosta tremenda que é toda uma legislação feita para proteger as elites da nossa sociedade”. O Prouni ajudou a focar mais, “...nos deu critérios e colocou a regra do mérito acadêmico, porque o Prouni introduz também o mérito acadêmico. Neste sentido ele nos obrigou a avançar”.

Se as conclusões não fossem o final...

Num esforço de síntese, foram organizadas as inferências que o estudo sugeriu, tendo em vista as questões investigativas que o impulsionaram.

As políticas de ação afirmativa na educação superior no Brasil são vistas com simpatia, ainda tendendo para o critério de condição econômica como dispositivo de seleção da clientela beneficiada e com restrições às questões étnicas. Nestas políticas se destaca a aprovação ao Prouni.

Mesmo reconhecendo a importância das políticas de inclusão e, mais propriamente do Prouni, críticas são reveladoras de visões distintas, mesmo que, algumas vezes, expressem uma frágil reflexão sobre o tema. Alguns questionam a aplicação de recursos públicos em instituições privadas enquanto outros aplaudem a iniciativa como uma solução para ampliação da oferta de vagas na educação superior.

O critério da meritocracia, presente no Prouni, também é ponto de controvérsias. Para alguns é fundamental utilizá-lo tendo em vista a natureza da educação superior. Para outros, essa condição limita a compreensão de inclusão, pois muitos jovens ainda ficam alijados do benefício.

Como a investigação ouviu apenas os alunos que “sobreviveram” aos desafios da permanência, e seus discursos foram enfáticos na valorização da política e não demonstraram sentir discriminação por sua condição de ingresso. Apontaram dificuldades de ordem econômica tal qual outros estudantes de baixa renda, segundo eles. Centram na condição de alunos trabalhadores as dificuldades de tempo para o estudo. Mas afirmam que essa é a realidade da maioria de seus colegas.

Em relação ao nível de aproveitamento acadêmico dos estudantes do Prouni, os dados mostram contradições. A perspectiva qualitativa que ouviu professores e alunos indica um bom rendimento e nenhuma discrepância com o nível dos demais estudantes. Os dados quantitativos, entretanto, colheram registros de que o principal motivo da evasão tem causas na insuficiência de rendimento acadêmico. Nesse contexto, parece necessária uma análise conjunta de gestores e professores para compreender melhor esse fenômeno.

O nível de evasão dos estudantes do Prouni, tomando apenas um semestre letivo como referência, pela possibilidade da coleta de dados, se mostrou 10% mais elevado do que o dos demais alunos. Essa constatação alerta para a importância do acompanhamento da evasão, que compromete, em parte, o sucesso da política.

Esse estudo assumiu dois eixos principais como foco de questionamento: o impacto do Prouni na qualidade da educação superior e a efetividade do Prouni como uma política exitosa de inclusão. A resposta indica que o Prouni não atinge a universidade negativamente, porque os bolsistas que permanecem possuem um bom

desempenho e os que apresentam dificuldades se evadem, não impactando a qualidade da educação superior. Esta investigação assinala a necessidade de cuidados em relação ao acompanhamento e apoio aos estudantes beneficiados, com vistas a uma maior relação custo benefício da política em questão.

Não se espera uma ação crítica descomprometida, mas uma condição em que todos possam assumir suas prerrogativas e, sem responsabilizações genéricas, fazer a sua parte para alcançar a desejada humanização.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Brasília. 2005. Disponível na internet em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> . Acessado em: maio 2008.

CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In: SEVERINO, A J.; FAZENDA, I. C. A (Orgs). **Políticas educacionais: o ensino nacional em questão**. Campinas: Papyrus, 2003.

CUNHA, Maria Isabel da. **Pedagogia Universitária: Energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara: J.M. Editores. 2006.

CUNHA, Maria Isabel da; PINTO, Marialva L.M. **Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: Inep. 2009. v. 90, n. 226, p. 571-591.

LÜDKE, Menga ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MOROSINI, Marília C. **Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira**. RIES – Rede Sul Brasileira de Investigadores da Educação Superior-Núcleo de Excelência em Ciências, Tecnologia & Inovação em Educação. CNPq/FAPERGS. 2007.

OLIVERIA, R. P.; CATANI, A.M. **Subsídios para a elaboração de uma política para a Educação Superior**. São Paulo, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de . **A Crise da Razão Indolente**. Contra o desperdício da experiência. 4ªed . Editora Cortez. 2002.vol.1.

UNIVERSIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS – COMUNITÁRIAS. In: ENCICLOPÉDIA de pedagogia universitária. Brasília: INEP, 2006. v.2.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

____. **Case study research.** New Bury Park, CA, Sage, 1989.